

## XIII SARI



### Estabilização política e a abertura econômica chinesa: o papel do pós-1978

Political stabilization and Chinese economic opening:  
the role of post-1978

Elisa Basso<sup>1</sup> , Giovana Salete Memlak<sup>1</sup> , Gustavo Nascimento dos Santos<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

#### Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar como a estabilização política promovida pelo Partido Comunista Chinês, sob a liderança de Deng Xiaoping, condicionou historicamente o processo de abertura econômica iniciado em 1978. Especificamente, propõe-se analisar o processo de estabilização política pontuando como a unidade e legitimidade do Partido catalisaram a capacidade estatal, examinando como a convergência entre estabilidade e reorganização administrativa, no contexto do Sexto Plano Quinquenal (1981-1985), viabilizou um modelo gradual de uso seletivo de fundos e tecnologias estrangeiras e a expansão controlada do comércio exterior. Partindo da problemática de como a abertura econômica chinesa foi concebida, entende-se que a estabilização pós-Revolução Cultural foi uma das condições históricas necessárias para a adoção e sucesso das reformas graduais, ao restaurar legitimidade e previsibilidade institucional, sendo esta condição o foco da análise deste trabalho. Metodologicamente, este trabalho configura-se como um estudo histórico de caráter qualitativo, baseado na análise articulada de fontes primárias e secundárias e no aporte conceitual oferecido por Reinhart Koselleck (2006) com as categorias analíticas de espaço de experiência e horizonte de expectativa. Os resultados indicam que a estabilização política pós-Revolução Cultural constituiu o elemento estruturante da recomposição da capacidade estatal necessária para modernização chinesa no início da era Deng Xiaoping, assentando-se também como condicionante para a viabilização da abertura econômica seguindo o modelo gradual.

**Palavras-Chave:** Estabilidade política; Legitimidade institucional; Abertura econômica

## Abstract:

---

This article aims to analyze how the political stabilization promoted by the Chinese Communist Party, under the leadership of Deng Xiaoping, has historically conditioned the process of economic opening initiated in 1978. Specifically, it is proposed to analyze the process of political stabilization by pointing how the unity and legitimacy of the Party catalyzed the state capacity, examining how the convergence between stability and administrative reorganization in the context of the Sixth Five-Year Plan (1981-1985), enabled a gradual model of selective use of foreign funds and technologies and the controlled expansion of foreign trade. Starting from the problem of how the Chinese economic opening was conceived, it is understood that the post-Cultural Revolution stabilization was a necessary historical condition for the adoption and success of gradual reforms, restoring legitimacy and institutional predictability. Methodologically, this work is a qualitative historical study based on the articulated analysis of primary and secondary sources and the conceptual contribution offered by Reinhart Koselleck (2006) with the analytical categories of experience space and expectation horizon. The results indicate that the political stabilization after the Cultural Revolution constituted the structuring element of the recomposition of the state capacity necessary for Chinese modernization at the beginning of the Settling also as a condition for the feasibility of economic opening following the gradual model.

**Keywords:** Political stability; Institutional legitimacy; Economic openness

## INTRODUÇÃO

A Revolução Cultural Chinesa (1966 e 1976), foi marcada por disputas políticas, purgas e deposição de quadros administrativos que resultaram em instabilidade institucional e descrédito popular do Partido Comunista Chinês (PCCh). Como apontado nos discursos de Deng Xiaoping (1980), após esse período de intensa perturbação institucional, a China passava por um cenário de fragilidade interna, exigindo uma reconstrução abrangente das estruturas de governança para a formulação de políticas de longo prazo. Sendo assim, o PCCh enfrentava o desafio de restabelecimento da unidade do partido e legitimação da sua atuação na organização social e formulação de políticas de longo prazo para o desenvolvimento chinês.

Nesse sentido, como argumentado por Vogel (2013), a ascensão de Deng Xiaoping à liderança do PCCh é símbolo conjuntural da demanda por reestruturação política e institucional da China, em que possibilitou-se o início do processo de abertura econômica e modernização. Diante da necessidade de sedimentação institucional, o núcleo dirigente passou a articular as reformas institucionais, a expansão e o

desenvolvimento econômico como dimensões complementares de um mesmo projeto, que legitimou a atuação do partido na implementação de políticas de modernização e a adoção do modelo gradual.

Desse modo, o objetivo do artigo é analisar como a estabilização política promovida pelo núcleo do PCCh, sob a liderança de seu novo dirigente, Deng Xiaoping, condicionou historicamente o processo de transformação econômica iniciado em 1978. Especificamente, propõe-se examinar o processo de estabilização, com foco em como a unidade partidária e nacional provocada catalisou a capacidade estatal do Partido, de modo a compreender a convergência entre estabilidade e reorganização administrativa expressa no Sexto Plano Quinquenal (1981–1985), que vislumbrava um modelo próprio, gradual e controlado de abertura econômica. A relevância do tema reside em compreender como a reconstrução da estabilidade político-institucional, no contexto pós-Revolução Cultural, foi condicionante para a redefinição da estratégia chinesa de desenvolvimento, ao mesmo tempo que introduziu novas diretrizes econômicas e desempenhou importante papel no fortalecimento da legitimidade partidária.

Assim, para a realização deste estudo, a abordagem metodológica é indutiva, sendo a pesquisa baseada na análise qualitativa de fontes primárias e secundárias. O conjunto de dados que constituem as fontes primárias foram obtidos dos relatórios das sessões plenárias do Comitê Central Partido Comunista Chinês e discursos oficiais proferidos por Deng Xiaoping, que permitem observar diretamente a formulação e reformulação das diretrizes políticas do período. A revisão bibliográfica das fontes secundárias compreende obras de autores como Ezra Vogel (2013), Caique Barbosa (2025) e Cunha e Acioly (2009), cujas análises informam a compreensão do processo de estabilização, modernização, planejamento e abertura gradual. Ademais, destaca-se o uso do aporte conceitual oferecido por Reinhart Koselleck (2006) por meio das categorias analíticas de espaço de experiência e horizonte de expectativa, úteis para interpretar e estruturar a narrativa da estabilização chinesa.

## O PAPEL DA ESTABILIZAÇÃO POLÍTICA NA ABERTURA ECONÔMICA CHINESA

### A reconstrução da ordem institucional sob Deng Xiaoping

“A Grande Revolução Cultural Proletária já dura oito anos. Agora, a estabilidade é a melhor política.”

(MAO, 2018, p. 52, tradução nossa<sup>1</sup>).

Após a perturbação institucional causada pela Revolução Cultural (1966-1976<sup>II</sup>), a ideia de estabilidade política assumiu centralidade na agenda política chinesa. Com o encerramento do período de convulsão em 1976, o Partido Comunista Chinês enfrentava um cenário de desorganização técnico administrativa e descrédito popular, a partir do qual a estabilidade política, primeiramente invocada por Mao Zedong no contexto revolucionário, passou a ser reinterpretada por Deng Xiaoping como condição prévia para a reconstrução e a modernização do Estado. A compreensão da centralidade concedida à estabilidade política na China pós-1976 exige um aporte conceitual que permita associar a vivência do passado instável com projeções e decisões que orientam o futuro político. Reinhart Koselleck (2006) fornece essa lente analítica ao distinguir espaço de experiência e horizonte de expectativa:

Experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Expectativa é o futuro presente, voltado para o ainda-não, para o que apenas pode ser previsto (KOSELLECK, 2006, p. 309).

Essa moldura, quando aplicada ao caso chinês, ajuda a explicar porque a prioridade por estabilidade se consolidou como pressuposto para a modernização. A Revolução Cultural constituiu um espaço de experiência assinalado por rupturas nas rotinas administrativas, perseguições a quadros e colapso institucional. Por isso,

---

<sup>1</sup> No original: “无产阶级文化大革命·已经八年·现在·以安定为好”

<sup>II</sup> A Revolução Cultural Chinesa (1966-1976) foi um movimento sociopolítico lançado por Mao Tsé-Tung com o objetivo oficial de preservar o comunismo chinês, expurgando elementos capitalistas e tradicionais da sociedade. Na prática, resultou em uma violenta paralisia institucional, perseguição a intelectuais e uma profunda crise econômica e humanitária. Para mais, consultar: DIKÖTTER, Frank. A Revolução Cultural: Uma História do Povo, 1962-1976. Rio de Janeiro: Record, 2017.

---

um horizonte de expectativa que projetasse um quadro de modernização econômica, por exemplo, só seria politicamente exequível se primeiro oferecesse garantias de que aquilo que levou a falha nas tentativas passadas não se repetiria. Logo, a ênfase institucional sobre a ordem e a unidade aparece antes do fim formal da Revolução Cultural, Vogel (2013, p.88, tradução nossa) afirma: “No final de 1974, estava claro que Mao queria que Deng desempenhasse um papel importante na restauração da estabilidade e unidade”. Tal constatação evidencia que a estabilidade já se consolidava como elemento central das discussões políticas e administrativas do período.

Inspirado em Mao Zedong, em 1977 Deng Xiaoping ascendeu à liderança do Partido Comunista Chinês carregando consigo o apreço pelas quatro modernizações (na agricultura, indústria, defesa e tecnologia) como condicionantes-chave para o desenvolvimento do país. Para além dessa inspiração, contudo, Xiaoping compreendia que a estabilização política era o ponto central para viabilizar o planejamento e capacidade estatal em torno da modernização, conforme apontado em seu discurso:

[...] os quatro pré-requisitos para alcançar as quatro modernizações. Esses quatro pré-requisitos, que foram apresentados pela primeira vez na reunião da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e foram geralmente bem recebidos, são os seguintes: (1) uma linha política firme e consistente; (2) estabilidade política e unidade [...](DENG, 1980, tradução nossa<sup>III</sup>).

A busca pela estabilização se assenta junto da consolidação da preeminência de Xiaoping após o Terceiro Plenário do 11º Comitê Central (dezembro de 1978), quando o Partido assinala o sucesso da modernização socialista e das reformas de abertura como prioridade política<sup>IV</sup>. Nesse processo, Deng articula retórica e prática, ao reconhecer que “[p]recisava permitir uma medida de estabilidade no emprego e na vida diária, mesmo quando o sistema passava por mudanças fundamentais” (VOGEL, 2013, p. 28, tradução nossa). Em seguida, Deng explicita a relação entre ordem e reforma ao afirmar que “antes que a China pudesse começar a trazer investimentos e tecnologia do exterior, precisaria primeiro de estabilidade interna. Somente com

---

<sup>III</sup> No original: “These four prerequisites, which were first put forth at the meeting of the Chinese People’s Political Consultative Conference and were generally well received, are as follows: (1) a firm and consistent political line; (2) political stability and unity; [...]”

<sup>IV</sup> Para mais informações, vide: Comunicado da Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China (Adotado em 22 de dezembro de 1978). Disponível em: <https://cpc.people.com.cn/GB/64162/64168/64563/65371/4441902.html#>. Acesso em: 14 out. 2025.

estabilidade a China poderia concretizar as quatro modernizações”(2013, p. 241<sup>v</sup>).

O processo de estabilização política inicia então com a recomposição técnica, considerando que durante a Revolução Cultural o funcionamento do aparelho burocrático chinês foi profundamente afetado por critérios de seleção baseados no comprometimento político e na lealdade ideológica. Conforme observa Vogel:

[...] Mao Zedong considerava o “comprometimento político” (*vermelhidão*) uma qualificação mais importante do que a especialização, favorecendo candidatos oriundos do campesinato e da classe operária em detrimento daqueles provenientes das chamadas “classes ruins”, como latifundiários e famílias capitalistas, frequentemente mais instruídos. Por essa razão, os exames não eram o principal critério para a seleção e promoção de funcionários. (VOGEL. 2013, p. 702, tradução nossa<sup>vi</sup>).

Após a morte de Mao, no entanto, esse padrão foi deliberadamente revertido por Deng Xiaoping, que, conforme registra Vogel (2013), rejeitou explicitamente o critério de avaliação baseado na origem social e lealdade ideológica e passou a adotar a qualificação profissional e os exames de ingresso como medidas fundamentais para a promoção e recomposição dos quadros administrativos. Entre 1977 e 1979, o governo de Xiaoping organizou uma campanha de reabilitação de quadros, reintegrando administradores, planejadores e especialistas técnicos afastados durante a Revolução Cultural, restaurando o funcionamento regular das instituições e recuperando expertise para o planejamento. Esse processo de reabilitação devolveu à burocracia o capital humano necessário para a formulação e execução de políticas complexas, o que marca a retomada da competência técnica, portanto, como o primeiro movimento concreto do processo de estabilização política, ao restabelecer a racionalidade funcional do Estado e criar as condições humanas e institucionais para o subsequente ciclo de reformas e modernização. Tendo restabelecido os quadros técnicos, Deng passou a arquitetar a estabilidade a partir da tendência ideológica do Partido. Considerando os excessos da Revolução Cultural, Deng defendia que era preciso

---

<sup>v</sup> No original: “Deng declared that before China could begin to bring in investment and technology from abroad, it would first need domestic stability. Only with stability could China realize the four modernizations.”

<sup>vi</sup> No original: “[...] Mao considered political commitment (“redness”) a more important qualification than expertise, and he favored peasants and workers over candidates from the “bad classes” (landlord and capitalist families), who were generally better educated. For this reason, examinations were not the main criterion for selecting and promoting officials.”

---

reassignificar o legado político de Mao Zedong, preservando sua autoridade histórica e rejeitando o culto à personalidade, ponto que foi central para a desintegração do Partido na Revolução Cultural. (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 1981). O principal objetivo por trás dessa reinterpretação era definir uma linha político-ideológica clara e unificadora, como o próprio Deng advertiu em um discurso de 1980, “nossos quadros, especialmente os mais altos, devem ter uma alta consciência política e permanecer absolutamente firmes nas questões fundamentais” (DENG, 1980, tradução nossa<sup>VII</sup>). Assim, a redefinição ideológica não representou um rompimento com o socialismo ou com as contribuições de Mao Zedong, mas a consolidação de um consenso orientado à modernização, em que a coesão e a unidade partidária se tornavam as principais garantias para o avanço das reformas e para a preservação da estabilidade política.

Estabelecido o alicerce ideológico, o passo subsequente no processo de estabilização política consistiu em restaurar a legitimidade do Partido perante a população. A restauração da confiança pública não exigia apenas coerência técnica e doutrinária por parte do Partido, mas também gestos simbólicos de reparação e demonstrações visíveis de normalidade institucional, que fossem capazes de expressar o fim do período de instabilidade. Vogel (2013) descreve esse processo de retomada de confiança, apontando que medidas como a reabilitação de vítimas de perseguições políticas e a reabertura de exames nacionais de ingresso universitário (*gaokao*) foram adotadas para marcar a separação entre a Revolução Cultural e o novo período de estabilidade.

Deng Xiaoping reforçava essa nova era por meio de seus discursos, nos quais afirmava: “é essencial manter a estabilidade política e a unidade”, e advertia que “nas circunstâncias atuais, é evidente que sem estabilidade e unidade não temos nada” (DENG, 1980, tradução nossa<sup>VIII</sup>). Essas declarações, que foram amplamente reproduzidas pela imprensa do Partido, sinalizaram à população que a nova liderança se comprometia com a restauração da ordem e com a estabilidade como fundamento do novo ciclo de reformas.

---

<sup>VII</sup> No original: “But our cadres, particularly the higher ones, must have a high political consciousness and remain absolutely firm on the fundamental issues.”

<sup>VIII</sup> No original: “it is essential to maintain political stability and unity.”

## Da estabilidade política à abertura econômica: o sexto plano quinquenal de desenvolvimento (1981-1985)

A recomposição do papel diretivo do PCCh foi acompanhada de um processo de realinhamento simbólico-administrativo viabilizador da previsibilidade social e econômica. Nesse sentido, a estabilidade política e institucional configurou-se como requisito dianteiro para retomar as capacidades de planejamento, coordenação e execução de políticas econômicas. Dessa forma, os projetos de crescimento econômico, que culminaram nas iniciativas de modernização e relativa liberalização, configuram-se síntese do nascente processo de controle de Deng Xiaoping, ao passo que, na mesma medida, reafirmaram a estabilidade e coesão social, econômica e institucional. Como delimitou Deng Xiaoping em seu discurso *The Present Situation and the Tasks Before Us*:

Se realmente queremos consolidar a estabilidade e a unidade, devemos, naturalmente, basear-nos principalmente em medidas positivas e fundamentais, no crescimento econômico e no desenvolvimento da educação e, ao mesmo tempo, no sistema jurídico (DENG, 1980, tradução nossa<sup>ix</sup>).

Visando à estabilidade e à unidade, Xiaoping considera três aspectos essenciais: i) crescimento econômico; ii) aperfeiçoamento da educação; e iii) reforma jurídica. No presente trabalho, o foco serão as condicionantes políticas que dirigiram-se ao crescimento econômico. À vista disso, torna-se válido destacar que, em consonância com o discurso ideológico-institucional de Xiaoping, será utilizado como medida o Sexto Plano Quinquenal Chinês (1981-1985).

Os planos quinquenais constituem um conjunto de macro-objetivos definidos politicamente, decompostos em metas qualitativas e quantitativas que, em efeito cascata, delimitam a política de desenvolvimento social e econômico da China durante sua vigência. De inspiração soviética, tornaram-se prática chinesa a partir da Revolução de 1949, sendo utilizados para garantir o sucesso do sistema político do país (BARBOSA, 2021). Assim, a partir de uma análise histórica, entende-se que os planos chineses vislumbram um aprimoramento de políticas econômicas e sociais. No

---

<sup>ix</sup> No original: “真正要巩固安定团结·主要地当然还是要依靠积极的、根本的措施·还是要依靠发展经济、发展教育·同时也要依靠完 备法制。”

---

processo de construção do plano, é necessário destacar dois pontos fundamentais: a revisão do ciclo predecessor e os agentes que o elaboram. No contexto da revisão do plano anterior (Quinto Plano Quinquenal), salienta-se seu papel pioneiro de dar início à abertura econômica. Após o cenário de instabilidade política e, a partir da III Sessão Plenária, tornou-se consenso no núcleo do Partido Comunista Chinês a modernização do sistema socialista e a correção de linha econômica (PEKING REVIEW, 1978, p. 6). Ainda que o Quinto Plano tenha sido o primeiro a introduzir diretrizes de liberalização, o ambiente político e a imaturidade quanto a metas macroeconômicas coesas limitaram seu alcance. Do ponto de vista histórico, o plano desempenhou sobretudo um papel de transição de entendimento do Partido sobre a estrutura do sistema econômico chinês. Do ponto de vista econômico, entretanto, o Quinto Plano funcionou como preparação para as reformas que se seguiram. Observa-se que, ao final desse ciclo, a participação do comércio exterior na economia equivalia a cerca de 10% do PIB, proporção que aumentaria significativamente durante o Sexto Plano, quando o valor nominal das exportações cresceu em média 17% ao ano, enquanto as exportações manufatureiras avançaram 22% ao ano (International Monetary Fund, 1996, p. 4-5).

É fundamental identificar os formuladores das políticas que orientam as iniciativas estatais chinesas. Barbosa (2021), ao analisar o 13º Plano Quinquenal, aponta que esses planos são elaborados a partir de demandas do Estado, do Partido e de terceiros - como sociedade civil, acadêmicos, movimentos sociais e mercado. Ainda que exista uma etapa de consulta popular, as diretrizes partem majoritariamente de agentes do Partido-Estado, que detém cerca de 67% do peso decisório. Essa constatação é útil para compreender o contexto do Sexto Plano, no qual a necessidade política de abertura econômica definida pelo nervo central do Partido influenciaram diretamente sua formulação e nos objetivos de estabilidade político-social.

Em síntese, embora pressões locais demandassem melhor retorno econômico, a diretriz de abertura expressa nos esboços dos planos quinquenais seguintes

ocorreu de forma *top-down*, isto é, por meio de decisões centralizadas emanadas dos níveis hierárquicos superiores, o que configura um movimento consciente dos dirigentes do Partido e do Estado chinês para alcançar maior estabilidade econômica e social, com o objetivo de consolidar a legitimação após anos de conflito ideológico sustentado por Mao Zedong.

Essa nova previsibilidade institucional seria traduzida na elaboração do Sexto Plano Quinquenal. O plano respectivo aos anos de 1981-1985 apresenta-se formalmente como um esforço para consolidar crescimento, modernizar setores-chave e corrigir desequilíbrios (República Popular da China, 1976, p. 440). No discurso oficial, a linguagem recorre a conceitos de estabilidade, ajuste e reajustes, sinalizando que as medidas econômicas são parte de um projeto político mais amplo de restaurar ordem e confiança nas instituições. Em termos práticos, o plano prioriza investimento em infra-estrutura, modernização tecnológica e expansão da produção industrial e agrícola, sempre dentro de um quadro que privilegiava o controle central sobre objetivos estratégicos.

No contexto de execução do plano, as medidas de abertura foram gradualmente institucionalizadas. De maior peso simbólico frente à tradicional linha político-econômica do Partido, destacam-se a criação das Zonas Econômicas Especiais (SEZs) e a atualização do quadro legal-institucional para o investimento externo.

A estratégia chinesa de criação das SEZs foi concebida como *economic laboratories* para testar políticas de mercado em escala restrita e sob controle estatal (WORLD BANK, 1985, p. 235–247). Nessas zonas, o governo central autorizou regimes fiscais preferenciais, maior autonomia administrativa e a instalação de bancos e empresas de capital estrangeiro, visando à atração de investimentos e tecnologia externos sem provocar grandes alterações no quadro institucional chinês. Em conjunto com essa política, o Estado ampliou o quadro legal voltado ao capital externo, permitindo a criação de empresas conjuntas (*joint ventures*) e instituindo políticas de retenção de divisas e desvalorização cambial (WORLD BANK, 1985, p. 233). Como resultado, infere-

se uma expansão das exportações e do investimento estrangeiro, especialmente nas regiões costeiras (NAUGHTON, 1996, p. 332).

Verifica-se, nesse sentido, que a abertura não ocorreu pela livre dinâmica do mercado, mas por meio de uma flexibilização regulatória emanada da estratégia política traduzida pelo Sexto Plano, adequada à conjuntura de restabelecimento da estabilidade político-social. A correção da linha política expressa no Sexto Plano evidencia a operacionalização do programa de abertura econômica delimitado pelos objetivos de modernização da economia chinesa, conforme os discursos decorrentes da III Plenária do PCCh.

### **O gradualismo experimental e a legitimação política na modernização chinesa**

Considerando a necessidade de reconstruir a base administrativa após a Revolução Cultural, tornou-se indispensável ao Partido Comunista Chinês (PCCh) promover uma ampla recomposição institucional e simbólica, voltada à restauração da previsibilidade estatal e ao fortalecimento de sua autoridade partidária. Esse processo visava consolidar o papel do PCCh como eixo organizador da sociedade e como agente central da modernização nacional.

A partir da proposta de Reinhart Koselleck (2006) sobre espaço de experiência e horizonte de expectativa, é possível identificar a estratégia chinesa na tentativa de projetar o futuro a partir da memória de um trauma recente. A Revolução Cultural, marcada por instabilidade e ruptura, levou a nova liderança a projetar um horizonte voltado à ordem, unidade e desenvolvimento. Assim, o discurso político de Deng Xiaoping articulou a expectativa de estabilidade e modernização como dimensões complementares de um mesmo processo histórico.

Em seu discurso proferido em 1980, Deng Xiaoping expressava a importância da estabilidade política e unidade como um dos “pré-requisitos para alcançar as quatro modernizações” (DENG, 1980, tradução nossa). A estabilização do PCCh, portanto, derivou de um plano voltado ao desenvolvimento econômico, considerado base para

a modernização e a segurança nacional. Nesse contexto, de acordo com Vogel (2013) o Sexto Plano Quinquenal (1981–1985) tornou-se instrumento central da estratégia de modernização e do processo de abertura econômica, priorizando energia e transporte e o fortalecimento de áreas como educação, ciência e saúde, consolidando as bases de um crescimento sustentado e planejado.

A partir da capacidade de planejamento estatal, o processo de abertura econômica chinesa foi executado progressivamente, evitando radicalizações. Isabella Weber (2021, p. 146, tradução nossa), classifica esse processo como “gradualismo experimental” o qual consistia em implantar reformas por etapas para evitar prejuízos à estabilidade política. Sendo assim, o PCCh escolheu deliberadamente o gradualismo por uma necessidade de manter apoio social enquanto se experimentava a liberalização. Cunha e Accioly (2009), apontam que a modernização chinesa marcada pela combinação entre gradualismo e experimentação resultaram de:

[...] dificuldades de se introduzir mecanismos de mercado em uma economia de planejamento central que vinha experimentando, desde meados dos anos 1960, um processo de redução em suas interconexões com a economia mundial. O caráter gradual também respondia às necessidades políticas domésticas, dada a existência de focos de resistência às políticas de Deng Xiaoping (p. 357).

Somente no final da década de 1970, com o planejamento e aplicação de reformas graduais de liberalização que a abertura chinesa tornou a crescer significativamente. Nesse sentido, conforme a perspectiva de Koselleck (2006), a China redefiniu seu horizonte de expectativa com base no espaço de experiência da Revolução Cultural, transformando o trauma da desorganização e do isolamento em impulso para um projeto de estabilidade, unidade e modernização.

O gradualismo chinês foi condicionado à experimentação com a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). As ZEEs, criadas em áreas estrategicamente escolhidas, funcionaram como laboratórios de mercado, atraindo investimentos externos sob forte controle estatal e incentivos fiscais (CUNHA; ACIOLY, 2009). Tais

---

experimentos permitiram um aumento nos ganhos econômicos por conta da maior liberalização, sem prejudicar o controle político central. Segundo Medeiros (1999, p. 514), “a combinação entre mercados concentrados e planejamento descentralizado é um dos fatos mais originais da via chinesa de industrialização”, o que evidencia o controle do Estado sobre os limites e ritmos da reforma das ZEEs.

Medeiros (1999) destaca que, desde 1980, a política econômica chinesa atuou conciliando o desenvolvimento do mercado interno chinês e a ampliação das exportações. Nesse sentido, o crescimento econômico gerava confiança pública e legitimava a atuação do Partido na implementação de reformas mais profundas. As estratégias implementadas inicialmente produziram resultados perceptíveis como geração de emprego, aumento das exportações nas ZEEs o que fortalecia a legitimidade partidária.

Conforme observa Vogel (2013), quando a economia apresentava bons resultados, Deng Xiaoping obtinha o apoio político necessário para acelerar o processo de reforma e abertura. Essa legitimidade, baseada em resultados concretos, influenciou diretamente a expansão das políticas experimentais e a institucionalização do gradualismo como um método de transformação econômica e política, como destacado por Vogel (2013, p. 465, tradução nossa) “[n]o clima favorável, Deng estava pronto para expandir a abertura de outras áreas costeiras<sup>x</sup>”.

A abertura gradual e controlada advinha da percepção de que a estabilidade política dependia da necessidade de o Estado promover o crescimento econômico e transformá-lo em bem-estar material como base da sua legitimação. Medeiros (1999) destaca que essa estratégia buscava a reunificação territorial e à luta contra o hegemonismo por meio do crescimento econômico e da diversificação industrial. Nessa perspectiva, Vogel (2013, p. 465, tradução nossa<sup>xi</sup>) aponta que a adoção do conceito de “socialismo com características chinesas”, introduzido por Deng em 1984, expressava precisamente essa tentativa de conciliar o pragmatismo econômico com

---

<sup>x</sup> No original: “In the favorable atmosphere, Deng was ready to expand the opening of other coastal areas.”

<sup>xi</sup> No original: “[...] socialism with Chinese characteristics [...]”.

a continuidade ideológica, uma fórmula que ampliava os limites do discurso socialista para permitir ao país adotar políticas que efetivamente funcionassem. Os resultados do gradualismo chinês foram evidentes ainda na década de 80, como destacado por Medeiros (1999, p. 499), “entre 1980 e 1990, o crescimento econômico da China atingiu a impressionante taxa de 9.5% a.a., superior à observada nos países do Leste asiático”. O processo de industrialização, inicialmente marcado pela expansão do setor primário e posteriormente liderado pela indústria leve e de bens de consumo, possibilitou um rápido aumento da renda e da urbanização. Cunha e Acioly (2009), destacam que as ZEEs não significavam uma inovação, tendo em vista que outros países já utilizavam dessa estratégia nesse período, entretanto, o destaque dessas zonas estava em sua escala de operação. Essa estratégia enfatizou a coordenação política estatal na articulação do crescimento e conseqüentemente da inserção internacional e geração de emprego. Girardi (2024, p. 228) observa que o Estado passou a exercer papel fundamental “na condução das políticas de desenvolvimento regional”, reduzindo disparidades e promovendo a integração territorial, possuindo uma contribuição crucial na industrialização e urbanização chinesa.

Medeiros (1999, p. 502) enfatiza que “[a] industrialização chinesa se fez acompanhar de mudanças estruturais no emprego e na urbanização”, resultando em um movimento de deslocamento populacional do trabalho rural para os novos polos industriais costeiros. Harvey (2008), reforça essa perspectiva ao sustentar que a abertura e a inserção internacional chinesa geraram novas desigualdades advindas principalmente desse processo de industrialização e da conseqüente urbanização. O estabelecimento de zonas industriais provocou aspectos como concentração da população nesses polos, a migração temporária sem direitos e a discrepância salarial regional. A disparidade entre as prósperas regiões costeiras e o ritmo mais lento do interior ressaltava que o mesmo crescimento que legitimava o Partido exigia o desenvolvimento de novas alternativas de controle social e redistribuição.

Assim, as reformas chinesas contribuíram para uma legitimação baseada no resultado, o crescimento das exportações e o aumento do padrão de vida da população fortaleceram a base política para a efetivação da modernização. Contudo, o progresso trouxe novas tensões sociais e regionais, fazendo com que a legitimidade do Partido passasse a depender da manutenção do crescimento e da gestão das desigualdades geradas pelo próprio desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação demonstrou que a reconstrução nacional chinesa sob Deng Xiaoping, após o trauma da Revolução Cultural, foi um projeto deliberado e planejado, no qual a estabilidade política foi a base para a modernização. Utilizando a lente conceitual de Reinhart Koselleck, o artigo evidencia que o espaço de experiência traumático do período anterior atuou diretamente na estruturação do horizonte de expectativa da nova liderança, tornando a ordem e a unidade partidária no princípio estruturante da estabilização. Deng Xiaoping, como principal articulador, ressignificou o legado de Mao Zedong para consolidar um consenso pragmático no Partido Comunista Chinês (PCCh), por meio da reabilitação de quadros técnicos e restauração da racionalidade funcional do Estado. Assim, a estabilidade deixou de ser uma meta e se tornou a base para a reorganização estatal, conferindo legitimidade às transformações vindouras.

Por conseguinte, o processo de estabilização culminou na recuperação da capacidade de planejamento estatal. O Sexto Plano Quinquenal (1981-1985) materializou essa estabilidade, ao alinhar o ajuste econômico, a modernização e a abertura gradual, e ao transformar a previsibilidade institucional em política de Estado. O Plano atuou como um mecanismo de controle centralizado, que restaurou a confiança pública e legitimou o PCCh como o eixo organizador da sociedade e do projeto de desenvolvimento. Isso garantiu que as reformas fossem conduzidas com equilíbrio e previsibilidade, diferenciando a transição chinesa de outros processos de choque de mercado.

Em última análise, a estabilidade interna e o planejamento centralizado foram os fatores que viabilizaram o modelo de abertura gradual e controlada. A estratégia de Zonas Econômicas Especiais e a liberalização gradual buscaram conciliar o crescimento econômico com a preservação do controle político, tendo utilizado os resultados concretos para reforçar a legitimidade partidária. A experiência chinesa consolidou uma síntese singular, provando que o sucesso da sua inserção internacional residiu na capacidade de articular controle e abertura, ideologia e pragmatismo. A estabilidade política, portanto, permitiu a reorganização interna e foi o mecanismo fundamental para moldar, administrar e garantir o sucesso inicial do processo de abertura.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Caique Djehdian. **Os Planos Quinquenais Chineses (1º ao 14º): um panorama introdutório sobre seu funcionamento, história e análise de sua evolução**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2025.

BRENDER, Adi. **China's foreign trade behavior in the 1980s: an empirical analysis**. *Journal of Comparative Economics*, [S.l.], v. 16, n. 3, 1992.

CHINA. Resolution on Certain Questions in the History of Our Party since the Founding of the People's Republic of China. In: **Beijing: Central Committee of the Communist Party of China, 1981**. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/resolution-certain-questions-history-our-party-founding-peoples-republic-china>. Acesso em: 9 out. 2025.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA. **Comunicado da Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China**. [S.l.]: [s.n.], 1978. Adotado em 22 dez. 1978. Disponível em: <https://cpc.people.com.cn/GB/64162/64168/64563/65371/4441902.html#>. Acesso em: 14 out. 2025.

CUNHA, André Moreira; ACIOLY, Luciana. China: ascensão à condição de potência global – características e implicações. In: **Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília: Ipea, 2009.

DENG, Xiaoping. Discurso de 16 de janeiro de 1980. In: **Selected Works of Deng Xiaoping (1975–1982)**. Beijing: Foreign Languages Press, 1984. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1980/01/16.htm>. Acesso em: 24 out. 2025.

GIRARDI, Kayuã. **Desenvolvimento regional na China no período de reforma e abertura**. *Revista Desenvolvimento Regional*, v.15, n.30, 2024.

HARVEY, David. O neoliberalismo “com características chinesas” In: HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações** [A brief history of neoliberalism]. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

MAO, Zedong. **Obras Selecionadas de Mao Zedong, v. 7**. Edição Runzhi Bandeira Vermelha. [S.l.]: [s.n.], 2018.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Economia e política do desenvolvimento recente na China**. Revista de Economia Política, v.19, n.3, 1999.

NAUGHTON, Barry; LARDY, Nicholas R. **China's emergence and prospects as a trading nation. Brookings Papers on Economic Activity**, Washington, D.C., n. 2, 1996.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. 1976—1985 年发展国民经济十年规划纲要(草案) [Esboço do Plano Decenal para o Desenvolvimento da Economia Nacional (1976–1985): projeto]. In: **Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC)**. Pequim, 1976. Disponível em: <https://www.ndrc.gov.cn/fggz/fzzlgh/gjzgh/202112/P020211214371159347418.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

VOGEL, Ezra F. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2013.

WEBER, Isabella M. **How China Escaped Shock Therapy: The Market Reform Debate**. 1 ed. Abingdon, Oxon: Routledge, 2021.

WORLD BANK. **China: Foreign Trade Reform - Meeting the Challenge of the 990s**. Washington, D.C.: East Asia and Pacific Regional Office, Country Operations Division, China and Mongolia Department, 18 jun. 1993. (Report No. 11568-CHA).

ZIYANG, Zhao. **Report on the Sixth Five-Year Plan**. *Beijing Review*, Beijing, v. 25, n. 51, 20 Dec. 1982.

## Autoria

### 1 Elisa Basso

Graduanda em Relações Internacionais

<https://orcid.org/0009-0000-0444-7799> • [elisabasso2020@gmail.com](mailto:elisabasso2020@gmail.com)

### 2 Giovana Salete Memlak

Graduanda em Relações Internacionais

<https://orcid.org/0009-0005-0794-0737> • [giovana.memlak@acad.ufsm.br](mailto:giovana.memlak@acad.ufsm.br)

### 3 Gustavo Nascimento dos Santos

Graduando em Relações Internacionais

<https://orcid.org/0009-0009-7997-4724> • [gustavo.nascimento@acad.ufsm.br](mailto:gustavo.nascimento@acad.ufsm.br)

## Como citar este artigo

BASSO, E.; MEMLAK, G. S.; SANTOS, G. N. Estabilização política e a abertura econômica chinesa: o papel do pós-1978. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 2, e96158, p. 1-19, jun. 2026. DOI 10.5902/1980509896158. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2357797596158>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.

## Artigo da XIII SARI

### XIII Semana Acadêmica de Relações Internacionais (SARI)

A XIII SARI foi organizada pelo Diretório Acadêmico de Relações Internacionais, ocorreu entre os dias 10 e 14 de novembro de 2025, na Universidade Federal de Santa Maria, reunindo estudantes, pesquisadores e especialistas em torno de uma programação diversificada. O evento contou com palestras que abordaram temas relevantes e contemporâneos, como crime organizado, conflitos internacionais, direitos humanos, tecnologias emergentes, guerra cibernética, construção da paz e questões relacionadas à Amazônia e ao meio ambiente, entre outros.

Alinhada ao tripé fundamental das instituições de ensino superior - ensino, pesquisa e extensão -, a XIII SARI reafirma a importância da universidade como espaço de produção e democratização do conhecimento científico, além de contribuir para a formação acadêmica e o desenvolvimento pessoal dos(as/es) estudantes. Em uma dimensão mais ampla, o evento reflete o papel social da universidade; em uma perspectiva mais específica, destaca-se por ampliar o repertório dos discentes e apresentar a diversidade temática presente no campo das Relações Internacionais, especialmente para aqueles que estão em início de curso.

Nesse sentido, a temática abrangente da XIII SARI permitiu não apenas a introdução dos estudantes a diferentes áreas de estudo, mas também a valorização de temas ainda pouco explorados na grade da UFSM, por meio da participação de especialistas de diversas áreas do conhecimento. Além disso, o evento se destacou por incentivar o protagonismo estudantil, uma vez que foi organizado por estudantes e voltado para estudantes, promovendo tanto a participação ativa quanto o engajamento crítico.

Como marco importante desta edição, destaca-se a retomada dos painéis temáticos com apresentação de trabalhos acadêmicos dos próprios alunos - prática que não ocorria há cerca de dez anos -, acompanhada da previsão de publicação em anais do evento, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais - Ana Lélia (NEPRI/UFSM). Essa iniciativa reforça o compromisso da SARI com a produção científica e com a valorização das vozes estudantis dentro da universidade.

